

Mármore e granito

Economia

www.twitter.com/gazetaeconomia



Recall. A BMW do Brasil inicia uma campanha de recall dos modelos Série 5, Série 6 e Série 7, com motorização de 8 ou 12 cilindros, fabricados entre julho de 2001 e novembro de 2009.

Operação Gênova. Empresas de mármore e granito são investigadas por suposta sonegação fiscal

Depois da fraude no café e no pão, as pedras vão rolar

Estimativa é de que mais de R\$ 250 milhões tenham sido sonegados nos últimos cinco anos

MIKAELLA CAMPOS
malmeida@redgazeta.com.br

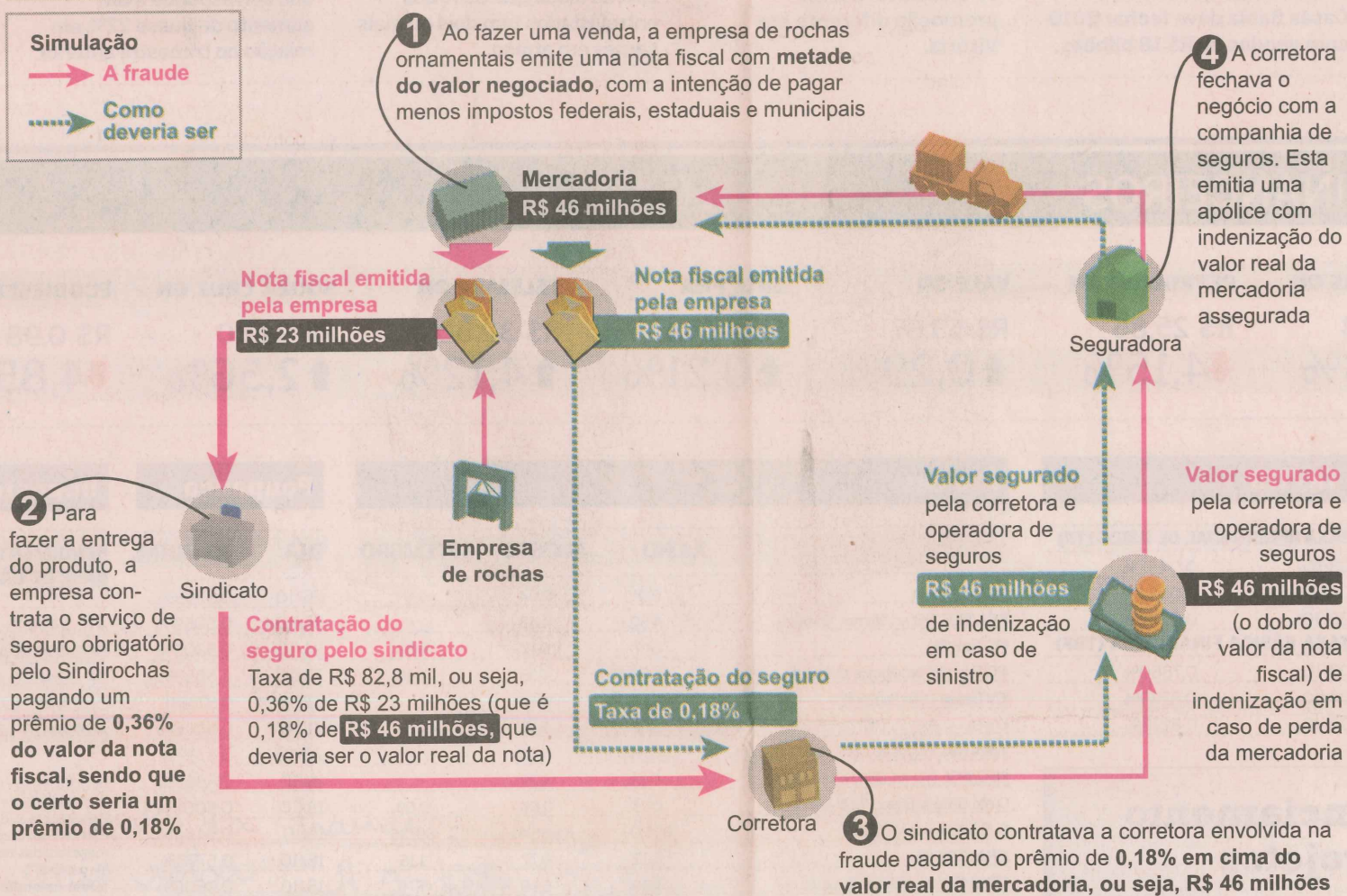
Depois do café e do pão, foi a vez do setor de rochas ornamentais ser alvo de investigação, devido a mais uma fraude de milhões. Receita Federal, Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Secretaria de Estado da Fazenda e Polícia Militar desarticularam ontem, na Operação Gênova, um esquema de sonegação fiscal envolvendo 77 empresas de mármore e granito, uma corretora e uma companhia nacional de seguros.

Um levantamento inicial aponta que mais de R\$ 250 milhões em tributos foram sonegados em cinco anos. E a estimativa é de que o prejuízo aos cofres públicos seja ainda maior.

Para enganar o fisco e pagar menos impostos, as empresas subfaturavam as suas mercadorias, como blocos, chapas e outras peças. Ou seja: a nota fiscal da comercialização dos produtos era emitida na metade do valor de venda.

No entanto, na hora de fazer o seguro obrigatório para o transporte da mercadoria, a empresa contratava uma apólice duas vezes maior do que o valor do documento fiscal, isso para garantir uma indenização integral.

Como funcionava o esquema



Os benefícios para os envolvidos no esquema



EMPRESA DE ROCHAS: pagava impostos em cima da metade do valor de venda da mercadoria



SINDICATO: a esquema atraía mais empresas para a carteira de associados por oferecer a facilidade como mais um "serviço"



CORRETOR E COMPANHIA DE SEGUROS: lucravam com o aumento de sua carteira de clientes

O outro lado

O Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado (Sindirochas) informou "que tem total interesse em colaborar com as instituições públicas e, assim que tomar conhecimento do teor das investigações, prestará os devidos esclarecimentos à sociedade". Segundo o assessor jurídico da entidade, Rogério David, os diretores não se encontravam no Espírito Santo ontem. Estavam vindo de Verona, na Itália, onde participaram da mais importante feira de rochas ornamentais do mundo. No final da tarde de ontem, David disse que aproveitaria a noite para analisar a documentação. Hoje ele deverá reunir-se com os dirigentes do Sindirochas para definir a posição que será adotada.

Crises: meio ambiente, exportação e transporte

Setor de rochas tenta se recuperar de uma série de turbulências

outras peças. Ou seja: a nota fiscal da comercialização dos produtos era emitida na metade do valor de venda.

No entanto, na hora de fazer o seguro obrigatório para o transporte da mercadoria, a empresa contratava uma apólice duas vezes maior do que o valor do documento fiscal, isso para garantir uma indenização integral.

Na operação de ontem, foram apreendidos documentos de 14 empresas localizadas na Serra, Vitória, em Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, em Nova Venécia, Colatina e em Barra de São Francisco.

O Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais (Sindirochas) também teve documentos recolhidos e computadores clonados para análise. Há indícios de que a instituição tenha uma participação importante no esquema de crime contra a ordem tributária.

O dono de uma corretora de seguros de Cachoeiro de Itapemirim foi preso por suspeita de ser o cabeça da fraude. E a filial de uma companhia de seguros nacional, responsável por emitir as apólices, teve documentos apreendidos pela Receita Federal, no Rio de Janeiro. Ao todo foram 21 mandados de busca e apreensão cumpridos por 140 servidores.

Segundo o procurador do MPES, Fernando Zardini, as investigações foram iniciadas há seis meses, a partir de uma denúncia feita ao órgão. "Recebemos a informação do esquema e entramos em contato com a Secretaria da Fazenda e a Receita Federal. Para colher provas, fizemos a quebra de sigilo fiscal. A investigação está em andamento pelo Grupo Especial de Proteção à Ordem Tributária".

A delegada da Receita Federal, Laura Gadelha, destaca que o esquema garantia lucro a todos os envolvidos. "As empresas pagavam menos impostos. O corretor ganhava com o aumento de clientes. O sindicato era um intermediário, oferecendo o serviço aos seus associados. Agora, vamos analisar os documentos e tentar detectar mais empresas envolvidas. A operação terá desdobramentos, podendo atingir até os compradores das mercadorias".

O subsecretário da Fazenda, Gustavo Guerra, destaca que poderão ser tomadas medidas como emissão de autos de infração e sequestro de bens das empresas envolvidas, a fim de ressarcir aos cofres públicos o que deixou de ser arrecadado.

prêmio de 0,18%

Os benefícios para os envolvidos no esquema



EMPRESA DE ROCHAS: pagava impostos em cima da metade do valor de venda da mercadoria



SINDICATO: a esquema atraía mais empresas para a carteira de associados por oferecer a facilidade como mais um "serviço"



CORRETOR E COMPANHIA DE SEGUROS: lucravam com o aumento de sua carteira de clientes

Como iniciaram as investigações

Denúncia: o Ministério Público Estadual recebeu uma denúncia de que o setor de rochas ornamentais utilizava o sistema do seguro obrigatório para sonegar impostos da venda das mercadorias

Investigações: o MP, em parceria com a Receita Federal e com a Sefaz, iniciou a investigação há seis meses

Acidentes: a partir de algumas indenizações do seguro pagas a empresas, os órgãos conseguiram descobrir o esquema de sonegação fiscal

Principais prejuízos

A estimativa é de que tenham sido sonegados

R\$ 250 milhões

Impostos sonegados

ICMS	(alíquota de 12%)
IRPF	(15% ou 27,5%)
ISSQN*	(5%)
INSS	(20%)
SEST	(1,5%)
SENAT	(1,0%)

*Imposto sobre serviços de qualquer natureza

Futuros alvos da operação

- Empresas que compraram rochas ornamentais dos grupos envolvidos no esquema
- Empresas exportadoras que também faziam parte do esquema
- Empresas de rochas ornamentais que contratam autônomos para fazer o transporte e não pagam impostos incidentes no serviço

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Outras operações

■ **BROCA.** A Operação Broca foi desencadeada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e Receita Federal no dia 30 de maio. A ação revelou um esquema de obtenção de vantagens tributárias ilícitas por empresas de exportação, torrefação e corretoras de café, que resultou em prejuízo superior a R\$ 400 milhões aos cofres públicos, entre tributos sonegados e créditos gerados.

■ **OPERAÇÃO BY PASS.** A operação que foi coordenada pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações, em conjunto com as Secretarias de Fazenda de seis Estados. Na operação, foram apreendidas ECFs, os emissores de cupons fiscais, de diversos estabelecimentos em todo país. a apreensão foi feita em outubro do ano passado.

■ **OPERAÇÃO BY PASS 2.** Um esquema de adulteração de notas fiscais colocou padarias da Grande Vitória na mira do Ministério Público do Estado. A estimativa é de que o prejuízo aos cofres do Fisco estadual ultrapasse os R\$ 150 milhões. A intenção da operação era desbaratar uma quadrilha especializada em "enganar" a Receita estadual, com a emissão de notas fiscais sem qualquer validade tributária.

Corretora

3 O sindicato contratava a corretora envolvida na fraude pagando o prêmio de 0,18% em cima do valor real da mercadoria, ou seja, R\$ 46 milhões

Crises: meio ambiente, exportação e transporte

Setor de rochas tenta se recuperar de uma série de turbulências que atingiram as empresas do ramo

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

■ O setor de rochas ornamentais, que está entre os principais segmentos exportadores do Estado, se recupera da queda superior a 20% nas exportações do ano passado. A crise financeira que afetou os Estados Unidos, o principal comprador das pedras ornamentais exportadas pelo Espírito Santo, repercutiu com força nas vendas externas das empresas localizadas no Estado.

O segmento espera fechar o ano com as vendas aquecidas e nos mesmos patamares, pelo menos, de antes da crise. As duas feiras realizadas neste ano, segundo os representantes do setor, sinalizaram nessa direção, de reaquecimento das vendas.

Mas, a crise financeira global não é o único problema enfrentado pelas empresas que atuam no segmento. O transporte dos blocos extraídos das pedreiras na Região Norte até as empresas beneficiadoras no Sul do Estado é motivo de reclamação dos usuários das rodovias, por conta dos acidentes. A alternativa seria o transporte por ferrovia, com a construção da Ferrovia Litorânea Sul, que ainda não saiu do papel.

Inúmeras empresas já foram autuadas e interditas por conta das condições de trabalho nas pedreiras com situações de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores. Há empresas que também fazem a extração dos blocos sem o devido licenciamento ambiental.

As empresas, por sua vez, reclamam da burocracia e da demora na liberação das licenças ambientais. Argumentam que as exigências são muitas e a tramitação dos processos é excessivamente demorada, emperando a atividade.

CARLOS ALBERTO SILVA



ESQUEMA. Operação poderá atingir até compradores de mercadorias, diz Laura Gadelha

RICARDO MEDEIROS



RECOLHIMENTO. Na operação foram apreendidos documentos de 14 empresas do Estado